



**MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO**

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

**RELATÓRIO DE CONCLUSÕES E  
RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA  
- ANO 2018 -**

---

**MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO**

**ÍNDICE**

1.	INTRODUÇÃO .....	3
2.	PROCEDIMENTOS EFETUADOS .....	3
3.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	6
3.1	Balanço.....	6
3.2	Notas ao Balanço .....	8
3.3	Demonstração de Resultados .....	24
3.4	Notas à Demonstração de Resultados .....	25
4.	ENDIVIDAMENTO.....	36
5.	CONTROLO ORÇAMENTAL.....	37
6.	ENDIVIDAMENTO.....	47
7.	CONTROLO INTERNO .....	48
8.	FACTOS SUBSEQUENTES .....	49
9.	RELATÓRIO DE GESTÃO .....	49
10.	DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE.....	50
11.	CONCLUSÕES .....	50
11.1	Reservas .....	50
11.2	Ênfases .....	50
11.3	Outros sem relevância para a CLC, mas a ter em conta (Recomendações) .....	50
12.	AGRADECIMENTOS .....	52





## 1. INTRODUÇÃO

O presente relatório é emitido nos termos da alínea e) do § 2 do art.º 77º da Lei nº 73/2013 de 15 de setembro.

Procedemos à Revisão Legal das Contas do **MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO**, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, bem como à análise da execução orçamental do mesmo ano, o que foi feito de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efetuado emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas com data de 17 de abril de 2019.

As quantias contidas nos documentos analisados, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos patrimoniais e orçamentais das contas do Município.

## 2. PROCEDIMENTOS EFETUADOS

O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:

1. Reuniões com alguns membros do executivo Camarário e outros responsáveis, e leitura de atas, contratos, e outros elementos que julgámos de interesse, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
2. Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo Município e que se encontram divulgadas no anexo;
3. Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
4. Análise do sistema de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria, que incidiu especialmente nas áreas das compras, receção e contas a pagar, vendas e serviços prestados, contas a receber, imobilizações, acréscimos e diferimentos e gastos com pessoal, tendo sido efetuados os testes de controlo apropriados;
5. Realização de testes substantivos seguintes, que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:
  - a) Analisámos e acompanhámos os saldos registados na Tesouraria ao longo do ano, nomeadamente o saldo em 31 de dezembro de 2018, tendo confirmado os valores do Caixa;





- b) Verificámos os saldos das contas de Depósitos à Ordem e as conciliações das mesmas efetuadas pelo Município, confrontando-as com a informação bancária disponível, e com os testes que efetuámos às mesmas;
- c) Realizámos testes e verificações aos processos de reconhecimento dos custos e proveitos diferidos, através da análise do corte das operações patrimoniais e orçamentais tendo em vista a especialização do exercício;
- d) Inspecionámos os principais elementos do immobilizado corpóreo, verificando a titularidade de alguns dos bens sujeitos a registo;
- e) Analisámos a evolução dos investimentos financeiros;
- f) Averiguámos a eventualidade de existirem factos subsequentes ao fecho das contas, tendo em vista a análise de eventuais situações que pudessem levar à criação de passivos contingentes ou a alterações substanciais no funcionamento do Município;
- g) Procedemos a verificações analíticas, e documentais por amostragem, de operações relacionadas com:
- Execução Orçamental da Despesa e da Receita, por recurso a Ordens de pagamento e Guias de Receita confrontando-as com a documentação analisada e com as classificações patrimoniais;
  - Aquisição de bens e serviços, analisando o cumprimento do normativo em vigor;
  - Transferências e subsídios correntes com prestações sociais;
  - Custos com Pessoal;
  - Outros custos operacionais;
  - Amortizações do exercício e acumuladas e sua comparabilidade com os mapas respetivos, testando os respetivos cálculos, tendo apreciado o critério seguido;
  - Ajustamentos para riscos e encargos;
  - Custos Financeiros;
  - Custos Extraordinários;
  - Vendas e Prestações de Serviços;
  - Transferências e subsídios obtidos e concedidos;
  - Proveitos e Ganhos Financeiros;
  - Proveitos e Ganhos Extraordinários;
- h) Procedemos à confirmação direta e por escrito a terceiros (fornecedores e outros) dos saldos das contas. Analisámos e testámos as reconciliações subsequentes preparadas pelo Município. Nos casos em que não foi obtida resposta, efetuámos os procedimentos alternativos que considerámos necessários;





b)

- i) Analisámos os montantes finais existentes nas rubricas do Estado e Outros entes Públícos, verificando a sua regularização no ano seguinte através da análise dos pagamentos efetuados;
- j) Procedemos à análise dos movimentos efetuados nas rubricas de imobilizado incluindo o imobilizado em curso;
- k) Analisámos, por amostragem, alguns dos movimentos efetuados nas contas de Acréscimos e Diferimentos;
- l) Verificámos e confirmámos os valores constantes da rubrica de Empréstimos Obtidos;
- m) Analisamos os movimentos efetuados nas rubricas de fundos próprios e sua conformidade com deliberações tomadas;
- n) Analisámos os saldos finais das contas de terceiros, tanto ativos como passivos, tendo em vista apurar da sua conformidade;
- o) Analisámos a necessidade ou não de constituição de imparidades para terceiros de cobrança duvidosa ou de provisões;
- p) Verificámos a natureza e exigibilidade dos saldos de Outros Devedores e de Outros Credores;
- q) Verificámos a situação fiscal e a adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social e à CGA;
- r) Apreciámos a política de seguros do imobilizado e do pessoal;
- s) Analisámos do grau de execução orçamental;
- t) Verificámos por amostragem alguns processos de despesa validando as diversas fases da mesma.





### 3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 3.1 Balanço

Rubricas	à data de		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Absoluta	%
<b>ATIVO</b>				
<b>Imobilizado</b>				
Bens do Domínio Público	12 377 722	11 386 185	-991 538	-8,0%
Imobilizações Incorpóreas	325 005	421 040	96 034	29,5%
Imobilizações Corpóreas	34 728 183	34 189 216	-538 967	-1,6%
Investimentos Financeiros	859 798	552 727	-307 071	-35,7%
Total	<b>48 290 709</b>	<b>46 549 168</b>	<b>-1 741 541</b>	<b>-3,6%</b>
<b>Circulante</b>				
Existências	168 842	150 933	-17 909	-10,6%
Dívidas de Terceiros				
Empréstimos Concedidos	5 652	4 014	-1 638	-29,0%
Clientes c/c	113 449	142 184	28 735	25,3%
Contribuintes c/c	22 363	18 760	-3 603	-16,1%
Utentes c/c	22 995	27 782	4 787	20,8%
Clientes cob. Duvidosa	6 000	6 000	0	0,0%
Estado e O. Entes Públicos	4 970	0	-4 970	-100,0%
Outros Devedores	97 469	339 022	241 553	247,8%
Depósitos em Instituições Financeiras e caixa				
Depósitos em Instituições Financeiras	3 008 135	3 618 268	610 133	20,3%
Caixa	6 079	2 271	-3 808	-0,1%
Total	<b>3 455 955</b>	<b>4 309 235</b>	<b>853 280</b>	<b>24,7%</b>
<b>Acréscimos e Diferimentos</b>				
Acréscimos de Proveitos	1 458 214	1 721 088	262 874	18,0%
Custos Diferidos	49 912	350	-49 562	-99,3%
Total	<b>1 508 126</b>	<b>1 721 438</b>	<b>213 312</b>	<b>14,1%</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>53 254 790</b>	<b>52 579 840</b>	<b>-674 950</b>	<b>-1,3%</b>





Rubricas	à data de		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Absoluta	%
<b>FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>				
<b>Fundos Próprios</b>				
Património	99 506 607	99 506 607	0	0,0%
Ajustamentos de partes de capital	0	0	0	#DIV/0!
Reservas	2 816 109	2 816 109	0	0,0%
Doações	11 657	11 657	0	0,0%
Resultados Transitados	-62 517 390	-63 525 700	-1 008 310	1,6%
Resultado Líquido do Exercício	-1 520 338	-15 522	1 504 816	-99,0%
Total	<b>38 296 646</b>	<b>38 793 152</b>	<b>496 506</b>	<b>1,3%</b>
<b>Passivo</b>				
Dívidas a terceiros de Médio e Longo Prazo				
Provisões para riscos e encargos	200 000	200 000	0	0,0%
Dívidas a Inst. Financeiras	941 977	707 096	-234 881	-24,9%
Fornecedores Imobilizado - Leasing	34 524	0	-34 524	-100,0%
Fundo de Apoio Municipal	368 485	30 708	-337 777	-91,7%
Total	<b>1 544 985</b>	<b>937 804</b>	<b>-607 182</b>	<b>-39,3%</b>
Dívidas a Terceiros de Curto Prazo				
Dívidas a Inst. Financeiras	173 321	234 881	61 560	35,5%
Fornecedores c/c	43 971	45 746	1 775	4,0%
Fornecedores fact. Rec. Confª	706 049	357 399	-348 650	-49,4%
Fornecedores Imobilizado c/c	535 653	351 537	-184 116	-34,4%
Fornecedores Imobilizado - Leasing	67 762	34 625	-33 137	-48,9%
Estado e O. Entes Públicos	306 547	342 778	36 231	11,8%
Outras Credores	628 563	558 595	-69 968	-11,1%
Total	<b>2 461 867</b>	<b>1 925 561</b>	<b>-536 305</b>	<b>-21,8%</b>
<b>Acréscimos e Diferimentos</b>				
Acréscimos de Custos	996 916	1 049 179	52 263	5,2%
Proveitos Diferidos	9 954 376	9 874 145	-80 232	-0,8%
Total	<b>10 951 292</b>	<b>10 923 324</b>	<b>-27 968</b>	<b>-0,3%</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>14 958 144</b>	<b>13 786 688</b>	<b>-1 171 455</b>	<b>-7,8%</b>
<b>TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>	<b>53 254 790</b>	<b>52 579 840</b>	<b>-674 950</b>	<b>-1,3%</b>





### 3.2 Notas ao Balanço

#### I- ATIVO

##### 3.2.1 Imobilizado

- a) O quadro seguinte dá-nos a evolução do imobilizado líquido do Município no ano de 2018, por comparação com o ano de 2017:

Rubricas Imobilizado	Saldos			
	Inicial	Final	Variação	
			Absoluta	%
Bens do Domínio Público	12 377 722	11 386 185	-991 538	-8,01%
Imobilizações Incorpóreas	325 005	421 040	96 034	29,55%
Imobilizações Corpóreas	34 728 183	34 189 216	-538 967	-1,55%
Investos Financeiros (FAM)	859 798	552 727	-307 071	-35,71%
<b>Total</b>	<b>48 290 709</b>	<b>46 549 168</b>	<b>-1 741 541</b>	<b>-3,61%</b>

- b) Ao longo do ano foram emitidos memorandos intercalares com algumas correções a efetuar pelo Município, que este teve em conta.

##### 3.2.1.1 Bens do Domínio Público

- a) De acordo com a nota 2.14 das Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados, encontram-se por valorizar e inventariar:
1. Peças de arte integradas no património municipal;
  2. O espólio da biblioteca municipal;
  3. Alguns bens móveis e máquinas de pequeno valor integradas no inventário inicial;
  4. Os terrenos cedidos em direito de superfície;
  5. Os terrenos do domínio público, nomeadamente afetos a ruas e praças e vias.
- b) Verificamos e validámos cerca de 95% dos movimentos da conta.
- c) O acréscimo bruto do ano de 502.899 euros comprehende:
- i) Aquisição de bens do ano no montante de 20.972 euros;
  - ii) Transferência de imobilizado em curso em cerca de 481.927 euros, nomeadamente rede viária EM535.
- d) Verificámos a concordância entre o mapa de amortizações e o ativo bruto concluímos que todos os movimentos de 2018 foram reconhecidos no Património.
- e) Verificamos também a concordância entre o mapa das amortizações e as amortizações reconhecidas na contabilidade e concluímos que, a variação nos mapas, corresponde ao





acrédito proveniente das amortizações do exercício e regularização de amortizações decorrentes de abates/alienações

- f) Verificámos no imobilizado em curso que existem obras já concluídas a 100%, para as quais falta o auto de receção ou o registo na aplicação de Património. Deve esta situação ser acompanhada no decorrer de 2019 pelo Município, para que não exista imobilizado em curso que já reúna condições para ser reconhecido como firme. O total do imobilizado em curso nestas condições é de cerca de 996.637 euros, o que implica que as amortizações do exercício estejam subavaliadas em cerca de 14.950 euros, montante imaterial.

### **3.2.1.2 Imobilizado Incorpóreo**

- a) O acréscimo líquido do ano diz respeito a:
- i) Aquisições do ano no montante de 64.225 euros;
  - ii) Acréscimo de imobilizado em curso no montante de 64.094 euros que corresponde a aquisições do ano, relativa a projetos;
  - iii) À dedução das amortizações do exercício.
- b) Verificámos a concordância entre o mapa de amortizações e o ativo bruto tendo concluído que todos os movimentos de 2018 foram reconhecidos no Património.
- c) Verificamos também a concordância entre o mapa das amortizações e as amortizações reconhecidas na contabilidade e concluímos que a variação nos mapas corresponde ao acréscimo proveniente das amortizações do exercício, que validámos.
- d) Verificamos e validamos cerca de 100% dos movimentos da conta.
- e) O imobilizado em curso diz respeito a projetos imutáveis de anos anteriores. Devem ser analisados em 2019 para se verificar se cumprem os requisitos para serem reconhecidos como imobilizado firme.

### **3.2.1.3 Imobilizado Corpóreo**

- a) O acréscimo de 335.367 euros, contempla:
- i) Aquisições do ano no montante de 388.735 euros;
  - ii) Transferência de imobilizado em curso em cerca de 81.116 euros, nomeadamente beneficiação de cemitério;
  - iii) Reconhecimento de abates no montante de 364.757 euros de bens já totalmente amortizados;





- iv) Reconhecimento de bens que estavam por inventariar no montante de 238.722 euros;
- b) Verificámos a concordância entre o mapa de amortizações e o ativo bruto e concluímos que, todos os movimentos de 2018, foram reconhecidos no Património.
- c) Verificamos também a concordância entre o mapa das amortizações e as amortizações reconhecidas na contabilidade e concluímos que, a variação nos mapas, corresponde ao acréscimo proveniente das amortizações do exercício e a regularização de amortizações decorrentes de abates/alienações.
- d) Verificamos e validamos cerca de 95% dos movimentos da conta.
- e) Verificámos no imobilizado em curso que existem obras já concluídas a 100%, para as quais falta o auto de receção ou o registo na aplicação de Património. Deve esta situação ser acompanhada, no decorrer de 2019, pelo Município, para que não exista imobilizado em curso que já reúna condições para ser reconhecido como firme. O total do imobilizado em curso nestas condições é de cerca de 465.273 euros, o que implica que, as amortizações do exercício estejam subavaliadas em cerca de 6.979 euros, montante imaterial.

### **3.2.1.4 Investimentos Financeiros**

- a) A rubrica compreende o Fundo de Apoio Municipal (FAM).
- b) De acordo com o artigo 303º da LOE2018 foi determinada uma redução das contribuições para o FAM, redução que foi reconhecida em 2018 no valor de 307.071 euros.
- c) O imobilizado transferido ao abrigo de contratos de concessão deveriam ser reclassificados como investimentos em imóveis, de acordo com nota 2.12 e 2.14 das Notas ao Balanço e Demonstração de resultados.

## **3.2.2 Circulante**

### **3.2.2.1 - Existências**

- a) As existências são valorizadas ao preço médio ponderado, com base no custo de aquisição com suporte em documento de despesa.





- b) A conta apresenta-se dividida pelas seguintes sub-rubricas:

	Saldos em €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Absoluta	%
Matérias-primas	29 284	21 691	-7 593	-25,93%
Matérias subsidiárias	97 876	93 976	-3 901	-3,99%
Materiais diversos	151 458	111 218	-40 240	-26,57%
Provisões para depreciações existências	-109 777	-75 952	33 825	-30,81%
<b>Total</b>	<b>168 842</b>	<b>150 933</b>	<b>-17 909</b>	<b>-10,61%</b>

- c) Após a análise à antiguidade de bens em inventário constatou-se que existem diversos bens sem rotação nos últimos anos, no montante de 61.220 euros, a provisão constituída (75.952 euros) está sobreavaliada em cerca de 14.732 euros.
- d) Analisámos, por amostragem, alguns saldos finais desta rubrica, para verificar a conformidade dos inventários com as existências reais.
- e) Apesar de c) e pela sua irrelevância, validámos o saldo da conta.

### 3.2.2.2 - Empréstimos Concedidos

- a) Apresenta um saldo de 4.014€, que reflete empréstimos concedidos pelo Município ao abrigo do projeto FAME. Nestes projetos, o Município tem uma parceria com uma entidade bancária, tendo comparticipado o financiamento de investimentos particulares que vão sendo liquidados ao Município à medida que são liquidados ao Banco financiador em função do contrato assinado entre o financiado, o Município e o Banco.
- b) O quadro seguinte reflete a evolução e o valor em dívida por parte de cada um dos empréstimos concedidos:

Titular	Saldos em		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Absoluta	%
<b>FAME</b>				
VETE+ Serviços Veterinários	2 812	1 933	-879	-31,25%
Manuel Isidoro Azinheira	4 049	3 290	-759	-18,75%
Lurimpa	5 453	5 453	0	0,00%
Representações Matos	250	250	0	0,00%
Florinda e Custódio Leal	6 375	6 375	0	0,00%
José Henrique Porteiro	188	188	0	0,00%
Florinda Reis	348	348	0	0,00%
Cobranças duvidosas - empréstimos	-13 823	-13 823	0	0,00%
<b>Total</b>	<b>5 652</b>	<b>4 014</b>	<b>-1 638</b>	<b>-28,98%</b>

- c) Analisámos a evolução destas contas correntes e validámos o saldo da conta.



**3.2.1.3 - Clientes c/c**

- a) A conta apresenta um saldo de 142.184€, conforme quadro seguinte:

	Saldos em		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Absoluta	%
<b>Clientes c/c</b>				
Clientes c/corrente - individual	1 241	1 043	-198	-15,98%
Clientes s/corrente - coletiva	112 208	141 142	28 934	25,79%
<b>Total</b>	<b>113 449</b>	<b>142 184</b>	<b>28 735</b>	<b>25,33%</b>

- b) Mantêm-se uma divergência imaterial, valor de 574€, entre o saldo da contabilidade e o balancete de terceiros no que à conta de clientes de cobrança duvidosa diz respeito. Deve este facto ser analisado e regularizado em 2019.
- c) Estão constituídas provisões para clientes de cobrança duvidosa no valor de 308.801 euros. O critério seguido teve por base o POCAL.
- d) Face à imaterialidade de b) validámos o saldo da conta.

**3.2.2.4 - Contribuintes c/c**

- a) A conta apresenta um saldo de 18.760€, conforme quadro seguinte:

	Saldos em		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Absoluta	%
<b>Contribuintes c/c</b>				
Impostos indiretos	8 025	8 061	36	0,45%
Taxas, Multas e Outras penalidades	14 338	10 698	-3 639	-25,38%
<b>Total</b>	<b>22 363</b>	<b>18 760</b>	<b>-3 603</b>	<b>-16,11%</b>

- b) Validámos os seus saldos.

**3.2.2.5 - Utentes c/c**

- a) A conta apresenta um saldo de 27.782€, conforme quadro seguinte:

	Saldos em		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Absoluta	%
<b>Utentes c/c</b>				
Utentes prestações serviços - individual	20 133	24 825	4 692	23,30%
Utentes prestações serviços - coletiva	2 862	2 957	95	3,31%
<b>Total</b>	<b>22 995</b>	<b>27 782</b>	<b>4 787</b>	<b>20,82%</b>

- b) Validámos os seus saldos.





### ***3.2.2.6 - Clientes de Cobrança Duvidosa***

A conta apresenta um saldo líquido de 6.000€ e que validamos.

### ***3.2.2.7 - Estado e O. Entes Públicos***

No final do ano de 2018 não existe IVA a receber.

### ***3.2.2.8 - Outros Devedores***

- a) Trata-se de valores correntes a receber da Administração Pública, conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Absoluta	%
Devedores das Administrações Públicas	8 179	2 133	-6 046	-73,92%
FEDER	36 086	32 417	-3 669	-10,17%
Devedores Diversos	343 625	592 494	248 868	72,42%
Credores diversos				
Operações orçamentais	907	907	0	0,00%
Cobranças duvidosas - outros devedores	-291 329	-288 929	2 400	-0,82%
<b>Total</b>	<b>97 469</b>	<b>339 022</b>	<b>241 553</b>	<b>247,82%</b>

- b) No conjunto com os saldos de Outros devedores e credores, circularizámos 32 entidades correspondentes a 84% do saldo da conta.
- a) Foram obtidas 18 respostas , das quais 13 foram concordantes com os saldos do Município e 5 discordantes.
- b) Para as respostas discordantes foram realizados procedimentos alternativos de conciliação, tendo sido justificadas as diferenças detetadas.
- c) Para as restantes entidades que não responderam foram reconciliados os seus saldos com procedimentos alternativos (verificação e-fatura, análise de pagamentos subsequentes, etc...), não tendo sido detetadas distorções materiais.
- d) A provisão relativa à dívida do alcance de tesouraria foi reduzida de acordo com a regularização prestacional que está a ocorrer.
- e) Validámos o saldo da conta.





### 3.2.3 Disponibilidades

#### 3.2.3.1 - Caixa

- a) O saldo de caixa é de 2.271€, uma vez que o valor em caixa não foi depositado em final de ano.
- b) Este valor não excede o valor máximo permitido na norma de Controlo Interno.
- c) Durante o ano efetuámos análises ao caixa, verificando as contas da tesouraria e o valor existente, sem ter encontrado diferenças.
- d) Verificámos ao longo do ano alguns lançamentos nesta conta não tendo detetado erros.
- e) O saldo de caixa apresenta-se conciliado e os movimentos no mesmo são efetuados de acordo com procedimentos corretos.

#### 3.2.3.2 - Depósitos à Ordem

- a) A conta apresenta a seguinte decomposição:

Entidades Bancárias	Valor €
CGD (OT)	122 976
CGD (OT) CAUÇÕES	255 018
CGD (RO)	1 982 911
CCAM (RO)	18 110
NB (RO)	16 837
MIL - Millenium/BCP	759 828
BPI	9 065
CGD 19085	408 622
CGD VIA VERDE	10 858
NB - FAME	34 043
<b>Total</b>	<b>3 618 268</b>

- b) Testamos todas reconciliações de dezembro e verificamos os movimentos em aberto.
- c) Analisámos as reconciliações bancárias e confrontámo-las com informações obtidas através de documentos bancários.
- d) Analisámos os movimentos em aberto em final de ano e a sua concretização no ano imediato.
- e) No entanto, apesar de com menor expressão, as reconciliações bancárias, continuam a apresentar movimentos por reconciliar anteriores a 2018. As diferenças de reconciliação devem ser analisadas em 2019 e regularizadas.





- f) É nossa opinião que os valores em DO correspondem a valores líquidos suscetíveis de utilização por parte do Município, ainda que o referido em e) deva ser regularizado.

### 3.2.4 Acréscimos e Diferimentos

- a) Verificámos os valores estimados para acréscimos e diferimentos registados pelo Município
- b) Continua a verificar-se uma melhoria dos procedimentos de registo das situações suscetíveis de acréscimo ou diferimento.

#### 3.2.4.1 - Acréscimos de Proveitos

- a) Trata-se de Proveitos reconhecidos no próprio exercício, por impostos diretos, juros, serviços/vendas realizado, mas sem documentação vinculativa, conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Absoluta	%
Impostos Municipais	1 345 594	1 490 790	145 195	10,79%
Venda de bens e serviços	104 327	105 488	1 160	1,11%
Transferências correntes	1 467	124 521	123 054	8388,06%
Outros acréscimos de proveitos	6 825	289	-6 536	-95,76%
<b>Total</b>	<b>1 458 214</b>	<b>1 721 088</b>	<b>262 874</b>	<b>18,03%</b>

- b) Verificámos os valores estimados pelo Município.
- c) O valor de acréscimos de proveitos inclui a especialização de impostos diretos (IMT, IUC, IMI) a receber em 2019 mas que a proveito é referente a 2018.
- d) Validámos assim, o saldo desta conta.

#### 3.2.4.2 - Custos Diferidos

- a) Trata os custos liquidados no exercício que respeitam ao exercício seguinte, conforme quadro:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Absoluta	%
Seguro de acidentes no trabalho	38 736	0	-38 736	-100,00%
Rendas	350	350	0	0,00%
Outros custos diferidos	10 827	0	-10 827	-100,00%
<b>Total</b>	<b>49 912</b>	<b>350</b>	<b>-49 562</b>	<b>-99,30%</b>



- b) Elevam-se no ano de 2018 a 350€.
- c) Não foram diferidos custos com seguros, uma vez que o Município adotou a contratualização anual, conforme nota 1.7 das Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados.
- d) Validámos o saldo da conta.

## II- PASSIVO

### 3.2.5 Dívidas de Médio e Longo Prazo

#### 3.2.5.1 – Provisões para outros Riscos e Encargos

- a) Foi confirmado, junto do advogado do Município, a existência de situações litigiosas.
- b) O montante de provisões para processo judiciais em euros é de 200.000 euros, não tendo sido atualizado o seu valor no ano de 2018. Este valor está de acordo com informação do advogado e percepção do Município, tendo em conta o grau de probabilidade de virem a existir contingências financeiras para o Município.
- c) Estão a decorrer 15 processos judiciais, em que os créditos reclamados atingem cerca de 3.300.000 euros. Uma vez que não existe informação fiável sobre a probabilidade de ocorrer contingência financeira para o Município, optou-se por não reforçar a provisão existente.

#### 3.2.5.2 - Empréstimos Obtidos

- d) Conciliámos os saldos da contabilidade com três fontes de informação - DGAL, Banco de Portugal e mapas internos.
- e) Elevam-se no final do ano de 2018 a 941.977€, conforme quadro seguinte:

Instituição Bancária	Empréstimo Ref <sup>a</sup>	Valor em €		Variação	
		31/12/2017	31/12/2018	€	%
<b>De médio e longo prazo</b>					
CGD	9015/004428/291	139 964	69 982	-69 982	-50,00%
CGD	9015/005064/991	310 019	206 679	-103 340	-33,33%
CGD	9015/008222/291	491 995	430 435	-61 560	-12,51%
<b>De curto prazo</b>					



CGD	9015/004428/291	69 982	69 982	0	0,00%
CGD	9015/005064/991	103 340	103 340	0	0,00%
CGD	9015/008222/291	0	61 560	61 560	-
<b>Total</b>	<b>1 115 298</b>	<b>941 977</b>	<b>-173 321</b>	<b>-15,54%</b>	

- a) Conciliámos os saldos da contabilidade com 3 fontes de informação - DGAL, Banco Portugal e mapas internos.
- b) Foi reconciliada a informação constante no Banco de Portugal, DGAL nos mapas de prestação de contas.
- f) Os saldos contantes na contabilidade estão em conformidade com a informação obtida externamente.
- g) Os Empréstimos bancários foram corretamente apresentados no balanço divididos entre Curto e Médio e Longo Prazo.
- h) Validámos os saldos da conta.

### 3.2.6 Dívidas de Curto Prazo

#### 3.2.6.1 - Fornecedores

- a) O saldo respeita a:

	Saldos em €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Absoluta	%
<b>Fornecedores c/c</b>				
Curto Prazo	43 971	45 746	1 775	4,04%
Faturas em rec. e conferência	382 900	244 237	-138 663	-36,21%
<b>Total</b>	<b>426 871</b>	<b>289 983</b>	<b>-136 888</b>	<b>-32,07%</b>

- b) No decorrer da nossa auditoria circularizámos 26 entidades à data de 31 de dezembro, saldos, que correspondiam a 75% dos existentes. Foram obtidas 12 respostas, das quais 8 foram concordantes com os saldos do Município e 4 discordantes.
- c) Para as respostas discordante foram realizados procedimentos alternativos de conciliação, tendo sido justificadas as diferenças. Apenas relativamente ao terceiro Rodoviária do Alentejo,





é que permanecem diferenças não materiais, que deverão ser analisadas e regularizadas em 2019.

- d) As restantes entidades que não responderam foram reconciliados os seus saldos com procedimentos alternativos (verificação e-fatura, análise de pagamentos subsequentes, etc...), não tendo sido detetadas distorções materiais.
- e) Não existem pagamentos em atraso.
- f) O saldo de faturas em recepção e conferência deve ser analisado em 2019 para que não esteja reconhecido nesta conta saldo que já deveria estar reconhecido em conta corrente. Define-se como tempo normal para registo em contas a pagar 5 dias, sendo permitido o prazo máximo de 30 dias.
- g) Dada a neutralidade do assinalado em d), validámos o saldo da conta.

#### ***3.2.6.2 – Fornecedores e Fornecedores de imobilizado – Fact. em recepção e conf***

- a) O Balanço reflete o saldo da conta 2618 - Fornecedores de imobilizado- faturas em recepção e conferência e da conta 228, no montante total de 357.399€.
- b) A forma de circularização destes saldos foi feita em conformidade com referido no ponto 3.2.2.8.
- c) Validámos o saldo da conta.

#### ***3.2.6.3 - Estado e O. Entes Públicos***

- a) Trata-se de valores a pagar ao Estado, que se elevam a 342.778 euros. A sua evolução no ano foi a constante do quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Absoluta	%
IRS	42 508	43 798	1 290	3,04%
IVA	0	8 177	8 177	-
Segurança Social	264 040	290 803	26 763	10,14%
<b>Total</b>	<b>306 547</b>	<b>342 778</b>	<b>36 231</b>	<b>11,82%</b>

- b) Saldos em aberto a 31/12/2018 foram confirmados pelos valores pagos em janeiro de 2019.





- c) Foram analisados as Certidões de não dívida da Autoridade Tributária, da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações, tendo-se confirmado que o Município tem a sua situação tributária e contributiva regularizada à data de 31 de dezembro de 2018.
- d) Na análise efetuada à rubrica de Estado e Outros Entes Públicos não foram detetadas distorções materiais.
- b) Os valores das diferentes rubricas que compõem o saldo a favor do Estado foram analisados e validados.

#### ***3.2.6.4 - Fornecedores de Imobilizado***

- a) O saldo em 31/12/2018 é de 351.537€, conforme quadro seguinte:

Rubrica	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Absoluta	%
Fornecedores de Imobilizado c/c	535 653	351 537	-184 116	-34,37%

- b) A forma de circularização destes saldos foi feita em conformidade com referido no ponto 3.2.2.8.
- c) Validámos o saldo da conta.

#### ***3.2.6.5 - Outros Credores***

- a) São os que constam do quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Absoluta	%
Pessoal	0	0	0	-
Sindicatos	2 283	2 351	68	2,96%
Administração Autárquica	0	0	0	-
Fundo de Apoio Municipal - CP	122 829	61 414	-61 415	-50,00%
Fundo de Apoio Municipal - MLP	368 485	30 708	-337 777	-91,67%
Credores Diversos	503 451	494 830	-8 621	-1,71%
<b>Total</b>	<b>997 048</b>	<b>589 303</b>	<b>-407 745</b>	<b>-40,90%</b>

- b) O saldo em 31/12/2018 é de 589.303€.
- c) Circularizámos no conjunto de saldo ativos e passivos da conta 26, 84% do saldo da conta.
- d) A circularização e a forma da mesma estão descritas no ponto 3.2.2.8.





- e) O saldo da conta de devedores e credores diversos, corresponde ao FAM (Fundo de Apoio Municipal), o seu saldo reduziu cerca de 399.192 euros relativamente a dezembro de 2017, furto da amortização referente a 2018 e à redução das contribuições dos Município prevista na LOE2018, que de acordo com proposta da DGAL e aceite pelo CNC apenas seria refletida no exercício de 2018.
- f) O saldo de garantias e cauções deve ser analisado em 2019.
- g) Validámos o saldo da conta.

### 3.2.7 Acréscimos e Diferimentos

#### 3.2.7.1 - Acréscimos de Custos

- a) Esta conta serviu de contrapartida aos custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercício posterior.
- b) O saldo contempla:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Absoluta	%
Renumerações a liquidar	634 507	700 815	66 308	10,45%
Juros a liquidar	235	226	-9	-3,91%
Conta Gerência 2016	12 317	12 317	0	0,00%
Conta Gerência 2017	29 558	11 426	-18 132	-61,34%
Conta Gerência 2018	0	12 048	12 048	-
Conta Gerência 2004	8 965	8 965	0	0,00%
Conta Gerência 2005	10 675	10 675	0	0,00%
Conta Gerência 2007	10 453	10 453	0	0,00%
Conta Gerência 2008	9 460	9 460	0	0,00%
Conta Gerência 2009	9 897	9 897	0	0,00%
Conta Gerência 2010	9 255	9 255	0	0,00%
Conta Gerência 2012	9 931	9 931	0	0,00%
Conta Gerência 2013	10 106	10 106	0	0,00%
Conta Gerência 2014	11 373	11 373	0	0,00%
Outros acréscimos de custos - 2016	85	0	-85	-100,00%
Outros acréscimos de custos - 2017	230 098	0	-230 098	-100,00%
Outros acréscimos de custos - 2018	0	222 231	222 231	-
<b>Total</b>	<b>996 916</b>	<b>1 049 179</b>	<b>52 263</b>	<b>5,24%</b>

- c) O saldo de acréscimos de custos corresponde essencialmente a remunerações a liquidar e a prestações de serviços.





- d) O acréscimo com férias e subsídio de férias está subavaliado em cerca de 107.000 euros.
- e) Validámos o saldo da conta.

### **3.2.7.2 - Proveitos Diferidos**

- a) Compreende os proveitos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes, de acordo com o quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Absoluta	%
Cooperação Técnica e Financeira	2 203 723	2 181 198	-22 525	-1,02%
Centro Escolar Montemor-o-Novo	1 293 468	1 257 864	-35 604	-2,75%
Centro Acolhimento de Micro-Empresas	542 426	530 518	-11 908	-2,20%
Requalificação Urbana da Área Rossio	938 893	878 472	-60 420	-6,44%
Remod de Arruam e Infraest. - Lg Banha de Andrade	222 336	209 984	-12 352	-5,56%
Remodelação da Rua da Janelinha	660 998	624 276	-36 722	-5,56%
Remod de acesso ao castelo	360 987	341 988	-18 999	-5,26%
Acesso Pedonal - Rua do Quebra costas	177 561	167 776	-9 785	-5,51%
Plano de Sinalética	9 861	9 861	0	0,00%
FEDER - Alentejo em cena	0	54 568	54 568	-
Substituição de veículos urb. por elétricos	9 147	77 877	68 730	751,40%
Modernização centro de recolha oficial	4 959	4 959	0	0,00%
Pista de atletismo	414 330	398 256	-16 074	-3,88%
Plano Divulgação e Comunicação	185 404	185 404	0	0,00%
NATURALE	34 946	34 946	0	0,00%
Illuminação Castelo	9 443	8 836	-607	-6,43%
Beneficiação da Biblioteca Municipal	70 452	68 598	-1 854	-2,63%
Modernização Alentejo Central@2015	37 182	29 046	-8 136	-21,88%
Elaboração do plano estratégico	20 910	20 910	0	0,00%
Caminho Agrícola de Escardeais - Lapas	2 316	2 316	0	0,00%
Outras	309 710	309 710	0	0,00%
Administrações Privadas	773 283	773 283	0	0,00%
Feder	1 666 604	1 697 541	30 937	1,86%
Outros Proveitos Diferidos	5 436	5 956	520	9,56%
<b>Total</b>	<b>9 954 376</b>	<b>9 874 145</b>	<b>-80 232</b>	<b>-0,81%</b>

- b) O saldo da conta representa o valor dos subsídios/transferências para investimento a que o Município tem direito, na parte dos subsídios ao investimento recebidos, e ainda não transitados para proveitos.
- c) Estes subsídios são atribuídos nos termos da lei ou de contratos-programa, que se encontram associados aos ativos. Deverão ser movimentados numa base sistemática para a conta 7983 «Proveitos e ganhos extraordinários - Outros proveitos e ganhos extraordinários - Transferências de capital», à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam.





- d) Durante o ano de 2018 continuou o procedimento de reconciliação do imobilizado. No entanto continuam a existir bens em curso associados a proveitos diferidos que já estão em funcionamento. Não tendo transitado para imobilizado firme e consequente sujeitos a amortização não foi apurado o proveito relacionado. Estimando em cerca de 3.000.000 euros de proveitos diferidos, que já deveriam estar a ser "amortizados" e considerando uma amortização média de 5%, consideramos que os proveitos do exercício estão subavaliados em 150.000 euros. A rubrica de proveitos diferidos deve ser analisada com rigor em 2019 e instituídos procedimentos para um correto apuramento dos proveitos a imputar.

### III-FUNDOS PRÓPRIOS

#### 3.2.8 Fundos Próprios

Em final de ano encontram-se distribuídos da seguinte forma:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Nominal	%
Património	99 506 607	99 506 607	0	0,00%
Reservas	2 816 109	2 816 109	0	0,00%
Doações	11 657	11 657	0	0,00%
Resultados Transitados	-62 517 390	-63 525 700	-1 008 310	1,61%
Resultado Líquido do Exercício	-1 520 338	-15 522	1 504 816	-98,98%
<b>Total</b>	<b>38 296 646</b>	<b>38 793 152</b>	<b>496 506</b>	<b>1,30%</b>

##### 3.2.8.1 - Património

Manteve os valores de 2017.

##### 3.2.8.2 - Reservas

Manteve os valores de 2017.

##### 3.2.8.3 - Doações

Manteve os valores de 2017.





#### ***3.2.8.4 - Resultados transitados***

Relativamente a 2017, verifica-se uma variação negativa de 1.008.310€. O movimento do ano diz respeito à aplicação do resultado líquido de 2017, à regularização de proveitos com a derrama, IMT e IMI, e reconhecimento de bens que estavam por inventariar, de acordo com nota 2.28 das Notas ao Balanço e Demonstração de resultados.

#### ***3.2.8.5 - Resultado Líquido do Período***

Trata-se dos resultados apurados do ano, que foram negativos em 15.522 euros.





### 3.3 Demonstração de Resultados

Rubricas	à data de		Peso nos Cust/Prov.	
	31/12/2017	31/12/2018	2017	2018
<b>Custos e Perdas</b>				
CMVMC	151 530	112 224	0,8%	0,6%
FSE	4 627 570	5 398 332	23,6%	29,3%
Pessoal	6 543 409	6 836 923	33,4%	37,1%
Transferências e Subs. Concedidos	1 548 325	1 833 379	7,9%	9,9%
Amortizações do exercício	3 691 473	3 245 344	18,8%	17,6%
Provisões do exercício	428 238	0	2,2%	0,0%
Outros Custos e Perdas Operacionais	908 658	133 865	4,6%	0,7%
Custos e Perdas Financeiros	21 733	83 198	0,1%	0,5%
Custos e Perdas Extraordinários	1 688 674	792 772	8,6%	4,3%
<b>Total Custos</b>	<b>19 609 609</b>	<b>18 436 035</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
<b>Proveitos e ganhos</b>				
Vendas e Prestações de Serviços	2 218 030	2 221 026	12,3%	12,1%
Impostos e Taxas	2 521 581	3 031 481	13,9%	16,5%
Trabalhos p/ a Própria Entidade	0	0	0,0%	0,0%
Proveitos Suplementares	14 660	16 171	0,1%	0,1%
Transferências e Subs. Obtidos	11 058 172	11 425 151	61,1%	62,0%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	8 460	170 752	0,0%	0,9%
Proveitos e Ganhos Financeiros	1 050 823	1 090 853	5,8%	5,9%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	1 217 546	465 079	6,7%	2,5%
<b>Total Proveitos</b>	<b>18 089 272</b>	<b>18 420 512</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>-1 520 338</b>	<b>-15 522</b>		





### 3.4 Notas à Demonstração de Resultados

#### 3.4.1 Custos

- a) Efetuámos análises detalhadas a todas as rubricas dos custos, tendo analisado a documentação de suporte aos lançamentos, quando as rubricas assumiram valores que considerávamos anormais.
- b) O arquivo da despesa encontra-se documentado e suportado pelos documentos legais, nomeadamente:
  - Proposta de aquisição de serviço;
  - Cabimento;
  - Procedimento para aquisição do serviço de acordo com a legislação em vigor;
  - Adjudicação;
  - Compromisso;
  - Requisição/nota de encomenda;
  - Processamento da despesa/contabilização da fatura;
  - Autorização do pagamento;
  - Pagamento.
- c) Analisámos alguns processos relacionados com empreitadas de obras públicas.
- d) Concluímos que, na generalidade, os procedimentos seguidos se encontram corretamente suportados.

##### ***3.4.1.1 - Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas***

- a) Analisámos a evolução das contas de compras e os inventários finais das existências em armazém, tendo verificado a forma como se apuraram os CMVMC's.
- b) Testámos 73% do movimento do ano, não tendo detetando anomalias.
- c) Analisámos, numa base de amostragem, faturas de aquisição de:
  - Matérias Primas;
  - Matérias Subsidiárias;
  - Materiais Diversos, e
  - Embalagens de Consumo.
- d) No final, pudemos validar os custos do exercício nesta rubrica, que apresentam o seguinte conteúdo:





Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Nominal	%
Existências Iniciais	284 148	168 842	-115 307	-40,58%
Compras	36 223	94 315	58 092	160,37%
Existências Finais	168 842	150 933	-17 909	-10,61%
<b>CMVMC</b>	<b>151 530</b>	<b>112 224</b>	<b>-39 306</b>	<b>-25,94%</b>

### 3.4.1.2 - Fornecimentos e Serviços Externos

- a) Evoluíram de acordo com o quadro seguinte de 2017 para 2018:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Nominal	%
Subcontratos	1 061 283	1 136 988	75 705	7,13%
Eletricidade	324 542	885 901	561 358	172,97%
Combustíveis	264 982	295 556	30 574	11,54%
Rendas e Alugueres	270 917	434 486	163 569	60,38%
Comunicação	133 837	118 118	-15 719	-11,74%
Seguros	49 562	143 409	93 847	189,35%
Honorários	198 646	183 851	-14 795	-7,45%
Conservação e reparação	166 331	250 408	84 077	50,55%
Trabalhos Especializados	823 814	723 733	-100 082	-12,15%
Alimentação-refeições confeccionadas	64 439	44 494	-19 946	-30,95%
Restantes	1 269 216	1 181 388	-87 828	-6,92%
<b>Total</b>	<b>4 627 570</b>	<b>5 398 332</b>	<b>770 762</b>	<b>16,66%</b>

- b) Aumentaram, no seu conjunto, relativamente 2017, cerca de 17%, com especial incidência nas rubricas:

i) Eletricidade	173%
ii) Rendas e alugueres	60%
iii) Seguros	189%

Por outro lado verificaram-se decréscimos em:

i) Trabalhos especializados	12%
ii) Alimentação	31%

- c) Verificamos 83 % do movimento do ano de 2018.

- d) Da análise efetuada verificou-se que o arquivo de despesa se encontra bem suportados pelos seguintes documentos

- Original da fatura, devidamente conferida e data de entrada;
- Ordem de pagamento, com autorização para pagamento e forma de pagamento;
- Informação de cabimento e compromisso;
- Comprovativos de não dívida da Segurança Social e da Autoridade Tributária;





- Auto de medição e informação técnica, no caso de empreitadas;
  - Comprovativo de pagamento.
- e) O acréscimo de 770.762 euros contempla o acréscimo de custos com electricidade e abastecimento de água. O acréscimo da rubrica diz respeito à reclassificação de custos com electricidade que estavam incorretamente registados.
- f) Analisados os documentos que considerámos “anormais” sem detetarmos divergências pelo que validámos o saldo da conta.

#### ***3.4.1.3 - Custos com Pessoal***

- a) Tiveram um acréscimo de cerca de 4,5% relativamente a 2017:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Nominal	%
Órgãos Autárquicos	173 208	143 721	-29 487	-17,02%
Remunerações ao Pessoal	4 807 777	5 192 731	384 955	8,01%
Pensões	1 415	2 870	1 455	102,87%
Encargos sobre remunerações	1 300 743	1 232 392	-68 351	-5,25%
Seguros AT e doenças profissionais	86 783	79 403	-7 380	-8,50%
Outros custos com o pessoal	173 484	185 805	12 321	7,10%
<b>Total</b>	<b>6 543 409</b>	<b>6 836 923</b>	<b>293 514</b>	<b>4,49%</b>

- b) Validámos os valores da conta.

#### ***3.4.1.4 - Transferências e Subsídios***

- a) Diz respeito a transferências para diversas entidades e famílias, como as Juntas de Freguesias, associações de Municípios, Associações desportivas e culturais, bolsas de estudo, e o reconhecimento, pela 1ª vez, dos custos relacionado com a tarifa social do abastecimento de água/saneamento/resíduos, entre outras.
- b) Existiu um aumento, relativamente a 2017, em 18,41%, conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Nominal	%
Administração Pública	349 596	404 658	55 062	15,75%
Administração Privada	11 200	400	-10 800	-96,43%
Famílias	3 525	3 525	0	0,00%
Outros setores institucionais	1 104 262	1 190 357	86 094	7,80%
Prestações sociais	24 959	19 692	-5 267	-21,10%
Custo tarifa social	0	163 132	163 132	-
Outras	54 783	51 615	-3 167	-5,78%
<b>Total</b>	<b>1 548 325</b>	<b>1 833 379</b>	<b>285 054</b>	<b>18,41%</b>





- c) Acrédito diz respeito ao aumento de transferências para instituições sem fins lucrativos e para associação de municípios.
- d) O saldo da conta patrimonial não coincide com o mapa de transferências correntes, a diferença é justificada por custos de 2018 que apenas serão pagos em 2019.
- e) O mapa de transferências coincide com o saldo do controlo orçamental da despesa.
- f) Verificamos e validamos cerca de 85% dos movimentos da conta, ao longo do ano foram emitidos memorandos intercalares com algumas regularizações/informações a efetuar pelo Município, que este teve em conta.
- a) Validamos os custos apresentados na rubrica.

#### ***3.4.1.5 - Outros Custos Operacionais***

- a) Decompõem-se de acordo com o quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Nominal	%
Impostos e taxas	744 156	112 143	-632 013	-84,93%
Quotizações	130 461	20 059	-110 402	-84,62%
Custos operacionais sistemas de água	19 010	0	-19 010	-100,00%
Outros	15 031	1 663	-13 368	-88,94%
<b>Total</b>	<b>908 658</b>	<b>133 865</b>	<b>-774 793</b>	<b>-85,27%</b>

- b) Verificámos e validámos cerca de 85% dos movimentos da conta. Ao longo do ano foram emitidos memorandos intercalares com algumas regularizações/informações a efetuar pelo Município, que este teve em conta.
- c) O decréscimo da rubrica diz respeito à reclassificação de custos com eletricidade que estavam incorretamente registados. Tal facto implicou um acréscimo na rubrica de fornecimento e serviços.
- d) A rubrica contempla, sobretudo, custos relacionados com quotas e taxas diversas.
- e) Validámos o saldo da conta.

#### ***3.4.1.6 - Amortizações***

- a) A evolução da conta teve o seguinte comportamento:





## MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Nominal	%
Bens de Domínio Público	2 423 866	2 043 112	-380 754	-15,71%
Imobilizações Incorpóreas	24 416	32 315	7 899	32,35%
Imobilizações Corpóreas	1 243 191	1 169 917	-73 274	-5,89%
Investimentos Financeiros	0	0	0	-
<b>Total</b>	<b>3 691 473</b>	<b>3 245 344</b>	<b>-446 129</b>	<b>-12,09%</b>

- b) Apresenta um ligeiro decréscimo de 12% relativamente a 2017.
- c) Validámos o saldo da conta.

### 3.4.1.7 - Ajustamentos/Provisões

- a) Não foram efetuados ajustamentos (provisões) no exercício.
- b) Sobre esta rubrica focámos o essencial no ponto 3.2.5.1, deste relatório.

### 3.4.1.8 - Custos e perdas Financeiros

- a) Decompongêmo-nos em:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Nominal	%
Juros suportados	12 519	72 290	59 771	477,43%
Outros	9 214	10 908	1 694	18,39%
<b>Total</b>	<b>21 733</b>	<b>83 198</b>	<b>61 465</b>	<b>282,82%</b>

- b) A rubrica compreende juros relativos a empréstimos bancários e outros serviços bancários.
- c) O acréscimo do ano diz respeito ao reconhecimento, de acordo com decisão judicial, de juros de mora.
- d) Verificamos e validamos cerca de 73% dos movimentos da conta. Ao longo do ano foram emitidos memorandos intercalares com regularizações/informações a efetuar pelo Município.
- e) Analisámos a evolução da conta, tendo-a desagregado e comparado com valores do ano de 2017. Não existem ajustamento a propor.





### **3.4.1.9 - Custos e perdas Extraordinários**

- a) Esta conta agrupa as rubricas seguintes:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Nominal	%
Transferências de capital concedidas	943 287	598 161	-345 126	-36,59%
Perdas em existências	7 967	44 797	36 830	462,28%
Perdas em imobilizações	526 680	0	-526 680	-100,00%
Multas e penalidades	21 545	260	-21 285	-98,79%
Correções relativas a exercícios anteriores	49 721	145 053	95 332	191,74%
Outros	139 474	4 501	-134 974	-96,77%
<b>Total</b>	<b>1 688 674</b>	<b>792 772</b>	<b>-895 903</b>	<b>-53,05%</b>

- b) Estes custos respeitam a transferências para diversas entidades como Juntas de Freguesia, associações desportivas e culturais, entre outras, bem como ao reconhecimento de abates e quebras.
- c) A variação do ano deve-se ao decréscimo de transferências para instituições sem fins lucrativos e à diminuição de custos relacionados com abate de imobilizado.
- d) O saldo da conta patrimonial referente a transferências, apresenta um saldo que não coincide com o mapa de transferências correntes. Trata-se de custos de 2017 pagos em 2018 e custos de 2018 que serão liquidados em 2019.
- e) O mapa de transferências não coincide com o saldo do controlo orçamental da despesa.
- f) Verificamos e validamos cerca de 93% dos movimentos da conta, ao longo do ano foram emitidos memorandos intercalares com algumas regularizações/informações a efetuar pelo Município.
- g) Validamos os valores apresentados.





### 3.4.2 Proveitos

#### 3.4.2.1 – Vendas e Prestação de Serviços

- a) A conta, no seu conjunto, apresenta valores semelhantes aos do ano de 2017:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Nominal	%
<b>Vendas</b>				
Mercadorias	509	331	-179	-35,11%
Água	835 538	817 774	-17 765	-2,13%
Outros	6 917	7 112	195	2,82%
Subprodutos	299	421	123	41,17%
<b>Prestação de Serviços</b>				
Saneamento	506 481	490 362	-16 119	-3,18%
Resíduos sólidos	380 764	423 849	43 084	11,32%
Transp. coletivos de pessoas e mercadorias	18 046	15 652	-2 394	-13,27%
Trabalhos por conta de particulares	22 420	12 423	-9 997	-44,59%
Cemitérios	36 799	24 858	-11 941	-32,45%
Instalações desport. culturais e recreativas	277 187	285 491	8 304	3,00%
Serviços sociais	64 383	53 944	-10 439	-16,21%
Outros	13 514	28 601	15 087	111,64%
Arrendamento de habitação social	56 096	62 388	6 291	11,22%
Outras rendas e alugueres	0	41	41	-
Restituições	-925	-2 221	-1 296	140,06%
<b>Total</b>	<b>2 218 030</b>	<b>2 221 026</b>	<b>2 996</b>	<b>0,14%</b>

- b) Verificámos analiticamente a evolução da conta, tendo testado e analisado os valores que fugiam à normalidade.
- c) A rubrica contempla, na sua maioria, os proveitos relacionados com o abastecimento e água/saneamento e resíduos.
- d) Validamos o saldo da conta.

#### 3.4.2.2 - Impostos e Taxas

- a) Nesta rubrica incluem-se:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Nominal	%
<b>Impostos</b>				
IMI	1 208 161	1 375 167	167 005	13,82%
Imposto Circulação	330 112	339 445	9 333	2,83%
IMT	903 891	1 184 141	280 250	31,00%
Derrama	176 725	0	-176 725	-100,00%
Impostos indiretos	56 864	59 505	2 641	4,64%
<b>Total</b>	<b>2 675 753</b>	<b>2 958 258</b>	<b>282 505</b>	<b>10,56%</b>





Taxas				
Mercados e Feiras	10 653	9 104	-1 548	-14,54%
Loteamentos e Obras	86 606	90 356	3 750	4,33%
Ocupação da via pública	1 167	947	-220	-18,81%
Outros	5 797	4 782	-1 016	-17,52%
Direitos de passagem	0	1 338	1 338	-
Multas e outras penalidades	20 761	13 758	-7 003	-33,73%
<b>Total</b>	<b>124 983</b>	<b>120 285</b>	<b>-4 698</b>	<b>-3,76%</b>
Reembolsos e Restituições	-279 155	-15 900	263 255	-94,30%
Anulações	0	-31 163	-31 163	-
<b>Total</b>	<b>2 521 581</b>	<b>3 031 481</b>	<b>509 900</b>	<b>20,22%</b>

b) Verificaram-se subidas significativas, relativamente a 2017:

- No IMT 31%;
- no IMI 14%.

e descidas em:

- Na Derrama 100%.
- Nas Taxas 4%.

- c) Esta rubrica compreende as receitas decorrentes, na sua maioria, dos impostos diretos que representam 93% do seu saldo.
- d) Comparamos os valores apresentados com as certidões obtidas da Autoridade Tributária e Aduaneira e concluímos que os proveitos estão corretamente reconhecidos.
- e) Verificámos a evolução da conta mensalmente, tendo analisado os movimentos que fugiam à normalidade. Fizemos verificações e análises a alguns lançamentos, numa base de amostragem, tendo concluído que a conta se apresenta bem movimentada.
- f) No final validámos os saldos.

#### **3.4.2.3 - Transferências e Subsídios Obtidos**

a) São contabilizados nesta conta:

- i) As transferências a que as entidades têm direito, nos termos da Lei das Finanças Locais e de acordo com a Lei do Orçamento do Estado, exceto as do financiamento de investimentos específicos e determinadas por lei, por protocolo ou por contrato-programa, que são registadas na conta 2745 -Subsídios para investimentos.





ii) Os subsídios obtidos, nos termos da lei, sem contrapartida a unidades produtivas com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção.

b) Estão contabilizados:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Nominal	%
Outros	287 542	288 764	1 222	0,42%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	8 977 585	9 055 269	77 684	0,87%
Fundo Social Municipal	281 186	281 186	0	0,00%
Participação Fixa no IRS	496 903	571 885	74 982	15,09%
Transferências de capital	997 509	1 006 141	8 632	0,87%
Fundos e serviços autónomos	17 447	12 039	-5 408	-31,00%
Exterior	0	209 867	209 867	-
Outras transferências e subsídios obtidos	0	0	0	-
<b>Total</b>	<b>11 058 172</b>	<b>11 425 151</b>	<b>366 979</b>	<b>3,32%</b>

- c) Confirmamos o saldo desta rubrica com as certidões de receita enviada pelas entidades.
- d) Analisámos mensalmente a obtenção dos subsídios e as transferências efetuadas para o Município, tendo concordado com o princípio seguido na contabilização tanto dos primeiros como das segundos, pelo que validamos os saldos.

#### **3.4.2.4 - Proveitos Suplementares**

a) Estão considerados nesta conta:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Nominal	%
Aluguer de equipamento	3 483	4 206	723	20,75%
Alugueres diversos	11 178	11 965	787	7,04%
<b>Total</b>	<b>14 660</b>	<b>16 171</b>	<b>1 510</b>	<b>10,30%</b>

- b) Analisámos mensalmente a evolução da conta, tendo concordado com o princípio seguido na sua contabilização, pelo que validamos os saldos.

#### **3.4.2.5 - Outros Proveitos e Ganhos Operacionais**

a) Estão considerados nesta conta:





Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Nominal	%
Proveito tarifa social	0	163 132	163 132	-
Outras	8 460	7 620	-840	-9,93%
<b>Total</b>	<b>8 460</b>	<b>170 752</b>	<b>162 292</b>	<b>1918,37%</b>

- b) O Município contabilizou pela primeira vez os proveitos associados à tarifa social de água.
- c) Analisámos mensalmente a evolução da conta, tendo concordado com o princípio seguido na sua contabilização, pelo que validamos os saldos.

#### ***3.4.2.6 - Trabalhos para a própria entidade***

- a) Por deficiente implementação da contabilidade analítica não são calculados os rendimentos de trabalhos para a própria entidade. Desta forma o imobilizado e os proveitos estão subavaliados em valor incerto, conforme nota 2.3 do Anexo.
- b) Devem ser implementados procedimentos para que seja possível apurar o volume destes trabalhos. Uma correta e justa política de taxas e preços deve ter por base uma correta e eficaz contabilidade analítica.

#### ***3.4.2.7 - Proveitos e Ganhos Financeiros***

- a) Estão considerados nesta conta:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Nominal	%
Juros Obtidos	18	0	-18	-100,00%
Rendimentos de imóveis	1 050 109	1 090 853	40 744	3,88%
Rendimentos participações de capital	696	0	-696	-100,00%
<b>Total</b>	<b>1 050 823</b>	<b>1 090 853</b>	<b>40 030</b>	<b>3,81%</b>

- b) Esta rubrica contempla, no essencial, a rubrica de concessão da rede à EDP.
- c) Validámos o saldo da conta.

#### ***3.4.2.9 - Proveitos Extraordinários***

- a) Inclui:





Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Nominal	%
Ganhos em Existências	272	0	-272	-100,00%
Ganhos em Imobilizações	937 772	27 239	-910 532	-97,10%
Benefícios de penalidades contratuais	6 843	4 666	-2 177	-31,81%
Reduções de amortizações e provisões	0	48 494	48 494	-
Correções relativas a exercícios anteriores	39 528	102 634	63 106	159,65%
Outros	233 131	282 045	48 915	20,98%
<b>Total</b>	<b>1 217 546</b>	<b>465 079</b>	<b>-752 466</b>	<b>-61,80%</b>

- b) A rubrica contempla os proveitos relativos ao reconhecimento de proveitos com:
- Subsídios ao investimento (275.018 euros),
  - Redução de provisões (48.494 euros) e
  - Correções de exercícios anteriores (102.634 euros).
- c) O decréscimo da rubrica diz respeito à diminuição do reconhecimento de abates.
- d) Validámos os saldos apresentados.





#### 4. ENDIVIDAMENTO

Dívida Total (31-12-2018)							Montante em excesso	Margem	Variação da dívida de 1 de Jan a 31 de Dez (%)	Variação do excesso de 1 de Jan a 31 de Dez (%)	Utilização da margem disponível de 1 de Jan a 31 de Dez
Total da dívida a terceiros incluindo dívidas não orçamentais e FAM	SM + AM + SEL + entidades participadas	Dívida total	Dívidas não Orçamentais e capital excecionado	Conta 268126 (FAM)	Excluindo dívidas não Orçamentais , capital excecionado e FAM						
(11)	(12)	(13)=(11)+(12)	(14)	(15)	(16)=(13)-(14)-(15)						
2 289 295	0	2 289 295	378 050	92 122	1 819 123			21 604 812	-40,09%		5 294 709

- a) O quadro transcrito acima, reflete a situação do Município em 31/12/2018 obtido na DGAL a partir de dados do Município. Pelo análise do mesmo, verifica-se que o Município cumpre o limite de dívida total, tendo ainda margem utilizável para aumento da dívida de curto prazo e/ou a obtenção de empréstimos de médio e longo prazo, de 5.294.709€, desde que não origine o aumento dos pagamentos em atraso.
- b) Relativamente ao final de 2018 a dívida baixou 40%, e a margem disponível por utilizar subiu para 5.294.709€.
- c) No conjunto verificou-se uma ligeira melhoria ao nível do endividamento do Município.
- d) Não existem pagamentos em atraso.
- e) Os fundos disponíveis foram sempre positivos ao longo do ano.
- f) Analisámos os pressupostos e bases de cálculo, não tendo sido detetadas distorções relevantes.
- g) Atendendo ao disposto da Lei 50/2012 de 31 de agosto, e da análise que efetuamos às participadas do Município, concluímos que o Município reconhece corretamente as suas participações.





## 5. CONTROLO ORÇAMENTAL

### 5.1 Introdução

1. A contabilidade orçamental tem como objetivo controlar e registar a execução do orçamento, tanto no que respeita à execução do corrente como aos compromissos vindos de exercícios anteriores como, a compromissos assumidos cujo pagamento venha a ser efetuado em exercícios futuros.
2. Para análise, tivemos presentes os mapas de execução orçamental da receita, da despesa, das grandes opções do plano, do plano plurianual de investimentos e atividades mais relevantes.
3. O orçamento para 2018, aprovado em Assembleia Municipal, apresentava-se como se segue:

Orçamento 2018	Despesas	Receitas
Correntes	14.221.690	16.337.941
Capital	7.622.358	5.486.107
Reposições	0	20.000
<b>Total</b>	<b>21.844.048</b>	<b>21.844.048</b>

4. Após as modificações e as alterações orçamentais que durante o ano lhe foram introduzidas, o orçamento apresentava o seguinte quadro:

Tipo	Corrigidas €	
	Despesas	Receitas
Correntes	15.227.045	15.520.635
Capital	8.357.429	5.397.107
Reposições	0	16.306
Saldo gerência	0	2.650.426
<b>Total</b>	<b>23.584.474</b>	<b>23.584.474</b>

5. As modificações e alterações orçamentais, provocaram, relativamente ao orçamento inicial um acréscimo da despesa e da receita de 7,97%, mas sentido ao nível das despesas de capital que tiveram um acréscimo em valores absolutos de 9,64%.
6. Verificámos volumes significativos tanto da despesa paga no ano como da receita cobrada.



## 5.2 Fundos Disponíveis

- Da análise aos compromissos e despesa paga reportados no mapa de controlo orçamental da despesa e no mapa de pagamentos em atraso, concluímos que não existem pagamento em atraso, não tendo sido detetadas anomalias.

## 5.3 Contratação Pública

- Foram analisados diversos processos de contratação pública por forma a aferir o cumprimento legal e formal dos mesmos.
- Foi conciliada a informação do Município com os dados extraídos do BASEGOV.
- Não foram detetadas distorções relevantes.

## 5.4 Análise Orçamental

- Para esta análise recorremos tanto a alguns rácios como a quadros de apoio em que fizemos tanto uma análise à execução orçamental do ano como a comparações com o ano de 2017.
- Em termos de rácios optámos por analisar relativamente a 2017 os seguintes:

Rácios	31/12/2017	31/12/2018
Peso da Receita Própria na Receita Total	29,73%	30,34%
Grau de Cobertura da Despesa Corrente pela Receita Corrente	114,31%	116,22%
Peso da Despesa Corrente na despesa Total	81,73%	81,83%
Peso da Despesa de Capital na despesa Total	18,27%	18,17%
Peso das despesas de pessoal nas Despesas Correntes	45,94%	48,36%
Peso das despesas de capital na Despesa Corrente	22,36%	22,21%
Peso do serviço da Dívida na Despesa Total	0,29%	0,42%
Peso do Investimento nas Despesas de capital	55,36%	65,45%

- Pela análise dos indicadores acima apresentados, concluímos em síntese que:

- O peso da receita própria (excluindo os Impostos diretos) na receita total mantém-se baixo, pelo que o Município continua, como quase todos, muito dependente das transferências vindas do Orçamento do Estado (correntes e de capital). O peso das receitas próprias aumentou relativamente ao do ano anterior, de 29,73% em 2017 para 30,34% em 2018.
- A receita corrente continuou a superar a despesa corrente, tendo aumentado o grau de cobertura, que foi de 114,31% em 2017 para 116,22% em 2018.





- c. O peso da despesa corrente na despesa total em 2018, apresenta valores semelhantes ao ano de 2017 (81,73% para 81,83% em 2018).
- d. O peso das despesas de capital na despesa total, que de 18,27% em 2017 diminui ligeiramente para 18,17% em 2018.
- e. O peso dos custos com pessoal relativamente às despesas correntes subiu, de 45,94% em 2017 para 48,36% em 2018.
- f. As despesas de capital equivaleram em 2018 a 22,21% das despesas correntes. Baixando ligeiramente o nível de 2017 que foi 22,36%.
- g. O peso do serviço da dívida (juros + amortizações) na despesa total apresenta um aumento de 0,29% em 2017 para 0,42% em 2018.
- h. O peso dos investimentos nas despesas de capital (aquisições de bens de capital) teve uma subida de 55,36% em 2017 para 65,45% em 2018.





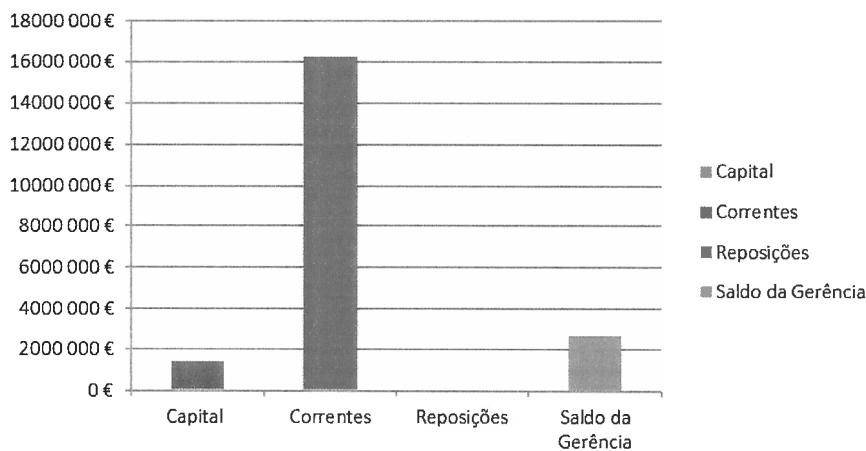
## 5.4 Análise das Despesas e Receitas Municipais

### 5.4.1 Receita

- O quadro seguinte apresenta a execução da Receita em de 2018:

Receitas	Dotações Corrigidas	Estrutura	por cobrar início ano	Cobrada Liquida	Estrutura	por cobrar final ano	Mapas da Receita 2018 (€)	
							2017	2018
Capital	5 397 107	22,88%	56 535	1 405 411	6,91%	33 220	84,93%	26,04%
Correntes	15 520 635	65,81%	615 450	16 264 379	80,01%	895 135	98,68%	104,79%
Reposições	16 306	0,07%	0	8 209	0,04%	0	157,33%	50,34%
Saldo da Gerência	2 650 426	11,24%	0	2 650 426	13,04%	0	100,00%	100,00%
<b>Total</b>	<b>23 584 474</b>	<b>100,00%</b>	<b>671 985</b>	<b>20 328 426</b>	<b>100,00%</b>	<b>928 354</b>	<b>98,03%</b>	<b>86,19%</b>

- Das receitas previstas corrigidas foram executadas, 26,04% das de capital e 104,79% das correntes, sendo que a execução global da receita foi de 86,19%, o que mantém o Município fora dos limites estabelecidos pelo art.º 56º da Lei 73/2013, quanto aos alertas precoces sobre prevenção e recuperação financeira municipal.
- Se comparada a execução da receita com a de 2017, verifica-se que a execução global passou de 98,03% em 2017 para 86,19% em 2018, o que se traduz descida relativa de 12,07%, apesar de em valores absolutos a receita ter subido relativamente a 2017 em 1.035.815€ (5,37%).
- O que graficamente se apresenta do seguinte modo:

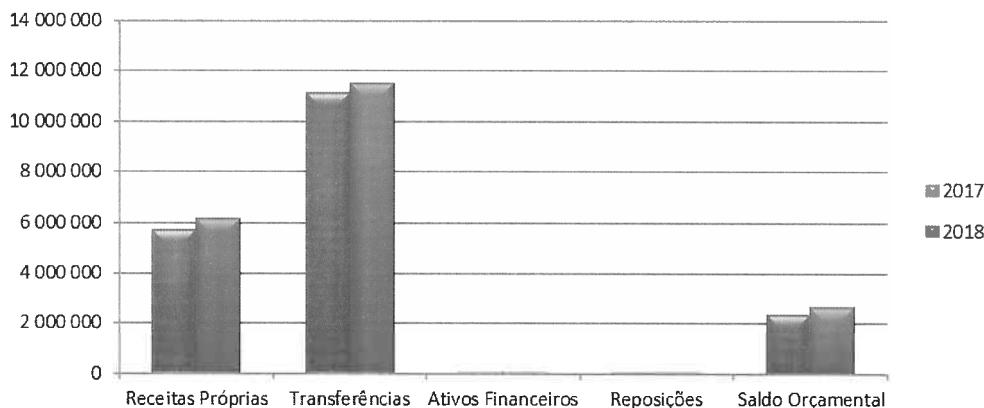




5. A estrutura das receitas municipais nos anos de 2017 e de 2018 apresenta-se da seguinte forma:

Rubricas	Estrutura da Receita Municipal		Variação	
	2017	2018	Real (€)	%
Receitas Próprias	5 736 125	6 168 119	431 994	7,53%
Transferências	11 125 401	11 500 033	374 632	3,37%
Ativos Financeiros	1 317	1 638	321	24,40%
Reposições	31 465	8 209	-23 256	-73,91%
Saldo Orçamental	2 398 303	2 650 426	252 123	10,51%
<b>Total</b>	<b>19 292 611</b>	<b>20 328 426</b>	<b>1 035 815</b>	<b>5,37%</b>

6. O que graficamente se apresenta como:



7. Continua a existir um peso elevado das transferências do Estado nas Receitas do Município, que representaram em 2018, 56,57%.
8. Para as receitas do ano contribuíram ainda as receita próprios, que representaram 29,73% em 2017 e 30,34% em 2018, e o saldo orçamental com um peso total de cerca de 13%.



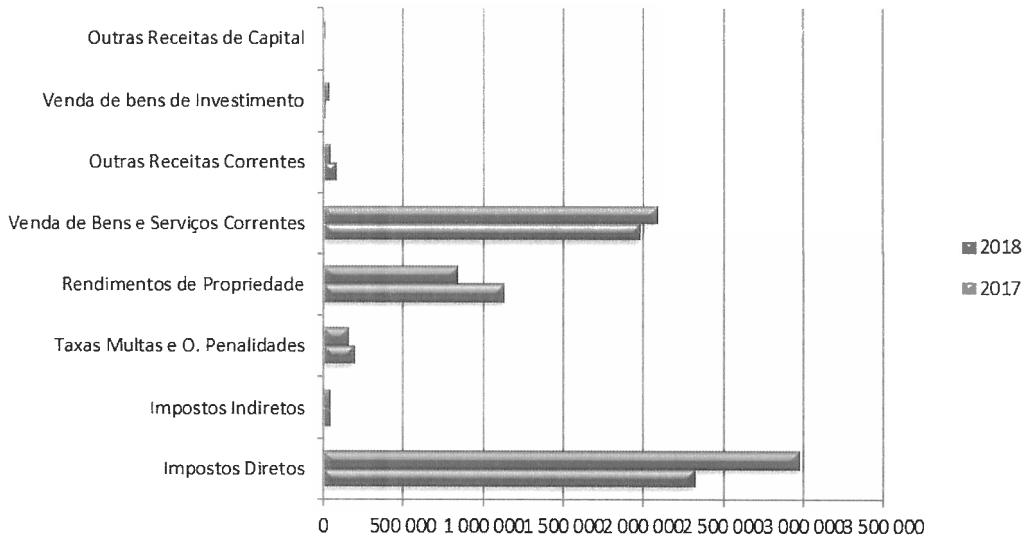


/

9. Quanto às receitas próprias apresentam-se da seguinte forma nos anos de 2017 e de 2018:

Rubricas	RECEITAS PRÓPRIAS		Variação	
	2017	2018	Real (€)	%
Impostos Diretos	2 320 032	2 973 020	652 988	28,15%
Impostos Indiretos	41 476	40 289	-1 187	-2,86%
Taxas Multas e O. Penalidades	191 590	155 484	-36 106	-18,85%
Rendimentos de Propriedade	1 128 960	834 469	-294 491	-26,09%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1 974 960	2 087 357	112 396	5,69%
Outras Receitas Correntes	78 903	43 591	-35 312	-44,75%
Venda de bens de Investimento	203	30 539	30 336	14925,46%
Outras Receitas de Capital	0	3 369	3 369	-
<b>Total</b>	<b>5 736 125</b>	<b>6 168 119</b>	<b>431 994</b>	<b>7,53%</b>

10. O que graficamente se traduz em:



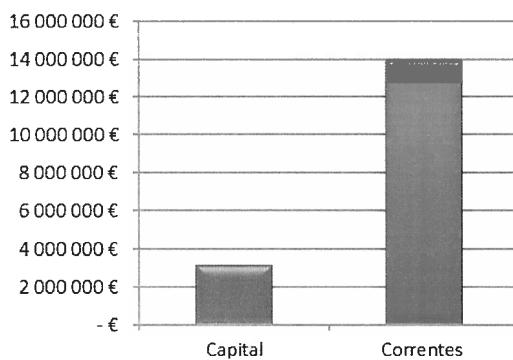


### 5.4.2 Despesa

1. O quadro seguinte apresenta a execução da Despesa nos anos de 2017 e de 2018:

Despesa	Dotações Corrigidas	Estrutura	Compromissos Assumidos	Despesas pagas	Estrutura	Compromissos por Pagar	Grau de Execução	
							2017	2018
Capital	8 357 429	35,44%	14 853 773	3 107 947	18,17%	3 581 967	62,79%	37,19%
Correntes	15 227 045	64,56%	16 916 564	13 994 313	81,83%	940 713	93,72%	91,90%
<b>Total</b>	<b>23 584 474</b>	<b>100,00%</b>	<b>31 770 337</b>	<b>17 102 260</b>	<b>100,00%</b>	<b>4 522 680</b>	<b>85,98%</b>	<b>72,51%</b>

2. O que graficamente, e para o ano de 2018, se traduz em:



3. Verifica-se que, o grau de execução da Despesa foi de 72,51% em 2018, abaixo da execução de 2017 que foi de 85,98%. A despesa líquida de capital paga foi de 37,19% da dotação para o ano em 2018. Em 2017 havia sido de 62,79%.
4. A execução do orçamento da despesa em 2018 foi, em valores relativos inferior ao de 2017. Já em valores absolutos a despesa cresceu 180.905€.

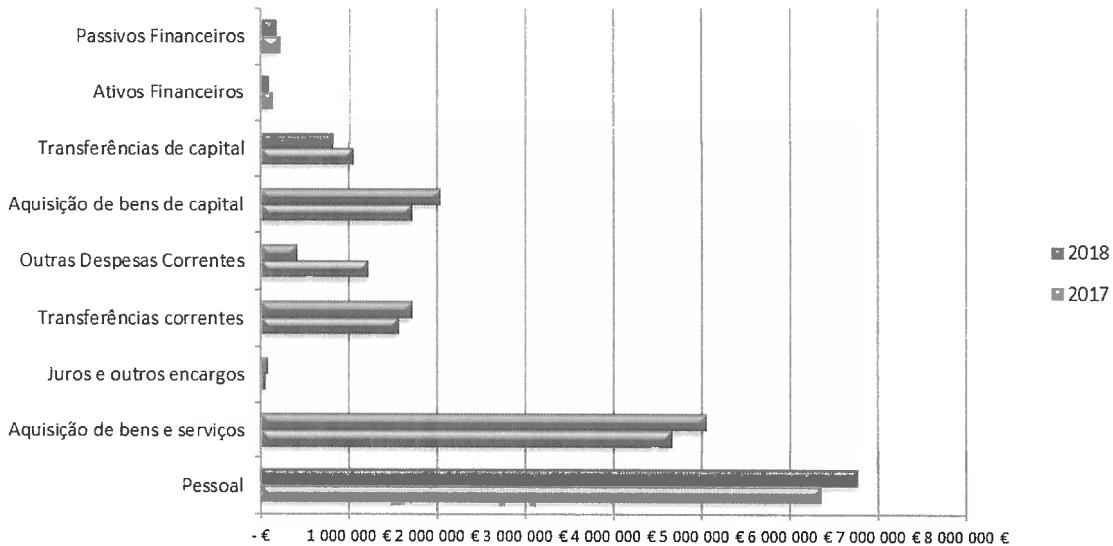




5. A estrutura da Despesa Municipal em 2017 e em 2018 é-nos dada pela análise do quadro seguinte:

Rubricas	2017	2018	Variação	
			Real (€)	%
Pessoal	6 353 912	6 767 389	413 477	6,51%
Aquisição de bens e serviços	4 650 571	5 039 806	389 235	8,37%
Juros e outros encargos	49 734	72 335	22 601	45,44%
Transferências correntes	1 560 444	1 705 011	144 567	9,26%
Outras Despesas Correntes	1 215 028	409 773	-805 255	-66,27%
<b>Total</b>	<b>13 829 689</b>	<b>13 994 313</b>	<b>164 624</b>	<b>1,19%</b>
Aquisição de bens de capital	1 711 639	2 034 089	322 450	18,84%
Transferências de capital	1 049 760	808 416	-241 344	-22,99%
Ativos Financeiros	126 877	92 121	-34 756	-27,39%
Passivos Financeiros	203 390	173 321	-30 069	-14,78%
<b>Total</b>	<b>3 091 666</b>	<b>3 107 947</b>	<b>16 281</b>	<b>0,53%</b>
<b>Total</b>	<b>16 921 355</b>	<b>17 102 260</b>	<b>180 905</b>	<b>1,07%</b>

6. O que, graficamente se traduz em:



7. Relativamente a 2017:

- As despesas com Pessoal aumentaram 6,51% (413.477€);
- A aquisição de bens e serviços aumentou 8,37% (389.235€);
- Os juros e outros encargos aumentou em 45,44% (22.601€);
- As transferências correntes aumentaram em 9,26% (144.567€);
- As aquisição de bens de capital aumentaram 18,84% (322.450€);





- f. As transferências de capital diminuíram 22,99% (241.344€);  
g. A amortização de passivos financeiros desceu 14,78% (30.069€).
8. Em 2018, continuam a ser as despesas com o pessoal a representar a maior parte do volume da despesa (39,57% do total em 2018, contra 37,55% em 2017).
9. As aquisições de bens e serviços representaram em 2018, 29,47% do total das despesas, situando-se acima do nível de 2017.
10. Os juros e outros encargos aumentaram, passando de 0,29% em 2017 da despesa total para 0,42% em 2018.
11. As transferências correntes pagas representam 9,97% do total das despesas pagas em 2018, aumentando o peso relativo relativamente a 2017, em que representaram 9,22%.
12. As despesas pagas com a aquisição de bens de capital passaram de um peso relativo nas despesas totais de 10,12% do total das despesas pagas em 2017, para 11,89% em 2018.
13. As transferências de capital representaram em 2017, 6,20% da despesa pagas, tendo representado em 2018, 4,73% .





## 5.5 Análise do PPI

1. A Execução do plano Plurianual de investimentos, no ano de 2018, é apresentada no quadro seguinte:

Rubricas	Plano Plurianual de Investimentos 2018 (€)					
	Montantes Previstos		Montantes Executados		Nível de Execução (%)	
	Ano	Anos Seguintes	Anos Anteriores	Ano	Ano	Global
<b>Funções Gerais</b>						
Administração Geral	138 399	162 621	198 759	131 816	95,24%	66,14%
Proteção civil e luta contra incêndios	73 454	165 000	132 574	70 132	95,48%	54,63%
<b>Total</b>	<b>211 853</b>	<b>327 621</b>	<b>331 333</b>	<b>201 948</b>	<b>95,32%</b>	<b>61,24%</b>
<b>Funções Sociais</b>						
Educação	751 843	1 947 382	45 833	65 600	8,73%	4,06%
Segurança e ação sociais	212 225	0	175 313	128 500	60,55%	78,40%
Habitação e serviços coletivos	985 775	2 857 066	236 665	637 701	64,69%	21,43%
Serviços culturais, recreativos, religiosos	495 529	9 665 590	642 587	279 170	56,34%	8,53%
<b>Total</b>	<b>2 445 373</b>	<b>14 470 038</b>	<b>1 100 398</b>	<b>1 110 970</b>	<b>45,43%</b>	<b>12,27%</b>
<b>Funções Económicas</b>						
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	0	3 000	0	0	-	0,00%
Indústria e Energia	53 540	2 410 500	0	0	0,00%	0,00%
Transportes e Comunicações	2 234 643	2 979 000	452 469	696 376	31,16%	20,28%
Comércio e Turismo	0	4 500	188	0	-	4,02%
Outras funções económicas	1 685 011	6 695 000	198 272	112 297	6,66%	3,62%
<b>Total</b>	<b>3 973 194</b>	<b>12 092 000</b>	<b>650 929</b>	<b>808 674</b>	<b>20,35%</b>	<b>8,73%</b>
<b>Outras Funções</b>						
Diversas não especificadas	762 529	1 257 000	189 498	291 652	38,25%	21,78%
<b>Total</b>	<b>762 529</b>	<b>1 257 000</b>	<b>189 498</b>	<b>291 652</b>	<b>38,25%</b>	<b>21,78%</b>
<b>Total</b>	<b>7 392 950</b>	<b>28 146 659</b>	<b>2 272 158</b>	<b>2 413 244</b>	<b>32,64%</b>	<b>12,39%</b>

2. O nível de execução e de financiamento do PPI em 2018 representa 32,64% do total previsto para o ano.

3. As rubricas das funções sociais que mostraram maior índice de execução no ano são:

- a. Habitação e serviços coletivos (64,69%);
- b. Segurança e ações sociais (60,55%);
- c. Serviços culturais, recreativos, religiosos (56,34%).

4. A rubrica da função económica que mostra maior índice de execução no ano é Transportes e Comunicações (31,16%).

5. O nível de execução Global do PPI está nos 12,39% no final do ano de 2018.





## 6. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

1. A Lei 73/2013 no artigo 40º define nos pontos 2 e 4:

*“2- (...) a receita bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.”*

*“4- Para efeitos do nº 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo, o montante correspondente á divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato independentemente do seu pagamento efetivo.”*

E no artigo 83º:

*“Para efeitos do disposto nº 4 do artigo 40º, no caso de empréstimos já existentes quando da entrada em vigor da presente lei, considera-se amortizações médias de empréstimos o montante correspondente á divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da presente lei pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato.”*

2. Conjugando estes artigos temos, como amortização média dos empréstimos 253.951€, de acordo com o quadro seguinte:

N.º contrato	Prazo do contrato em anos	Anos remanescentes	Capital		Dívida no final do período	Dívida no final do período 31/12/2013	Amortizações dos empréstimos
			Contratado	Utilizado			
9015002592991	15	4	748 197	748 197	0	208 739	52 185
9015004428291	15	8	850 000	850 000	139 964	487 465	60 933
9015005064991	15	9	1 300 000	1 300 000	310 019	824 699	91 633
9015008222291	10		1 251 008	491 995	491 995		49 199
<b>Total</b>			<b>4 149 205</b>	<b>3 390 191</b>	<b>941 977</b>	<b>1 520 903</b>	<b>253 951</b>

2. Segundo o Município, o valor da amortização média dos empréstimos é de 329.852€. A diferença para o valor que apurámos, deve-se ao facto de o Município considerar para o cálculo da amortização média o valor do capital contratado e não o contraído (utilizado).

3. O cálculo do equilíbrio orçamental é-nos dado pelo quadro seguinte:

Equilíbrio Orçamental 2018	
Receita corrente bruta Cobrada	16 280 498
Despesa corrente paga	13 994 313
Amortização empºs ML Prazo	253 951
<b>Total</b>	<b>14 248 263</b>
<b>Excedente</b>	<b>2 032 235</b>

4. O Município tem equilíbrio orçamental.





## 7. CONTROLO INTERNO

Reanalisámos o funcionamento do controlo interno que, em nossa opinião funciona de forma regular. Mantém-se a nossa opinião que há alguns (poucos) aspetos, que carecem de aprofundamento. No essencial são os mesmos que havíamos apontado em relatórios anteriores, nomeadamente:

### 7.1 Disponibilidades

- a) A importância existente em caixa deve conter-se entre um mínimo do índice 100 da tabela salarial da função pública e um máximo de 25 vezes.

### 7.2 Terceiros

- a) A requisição externa deve ser emitida em quadruplicado destinando-se o original e o duplicado ao fornecedor, o triplicado à Secção de Aprovisionamento e Património a fim de ser conferido com os restantes documentos originados pela compra (guia de remessa, guia de entrada em armazém e fatura do fornecedor) e o quadruplicado ao serviço requisitante.
- b) As requisições externas ou contratos devem ser remetidos à Secção de Aprovisionamento e Património que este proceda à atualização das existências e do inventário patrimonial.
- c) Periodicamente devem feitas as seguintes reconciliações:
  - i. Entre os extratos de conta corrente dos clientes e dos fornecedores e as respetivas contas da autarquia;
  - ii. Nas contas de empréstimos bancários, calculando os juros e confrontando-os com os debitados pela instituição de crédito.

### 7.3 Existências

- a) Os registos nas fichas de existências devem ser feitos por pessoas que, sempre que possível, não procedam ao manuseamento físico das existências em armazém.
- b) A receção dos bens deve ser feita mediante guia de devolução ao armazém, no que se refere aos bens devolvidos ao mesmo.
- c) As guias de devolução devem ser assinadas tanto pelos funcionários que devolvem os bens bem como pelos que procedem à sua receção.
- d) Após a receção dos bens devolvidos, o responsável pelo armazém deve assinar por a guia de devolução, enviar o original para a Secção de Aprovisionamento e Património, entregar o duplicado ao funcionário que procede à devolução e arquivar o triplicado.
- e) As existências devem também ser sujeitas a inventariações física no final de cada trimestre, através de testes de amostragem.





- f) As inventariações devem ser efetuadas por funcionários que não estejam ligados à receção e entrega de bens.

#### 7.4 Imobilizado

- a) Anualmente, a Secção de Contabilidade e a Secção de Aprovisionamento Património devem promover a realização de reconciliações entre os registos das fichas e os registos contabilísticos quanto ao montante das aquisições, das amortizações do exercício, amortizações acumuladas e abates.
- b) A Secção de Aprovisionamento e Património deve efetuar durante os meses de novembro e dezembro de cada ano, a verificação física de todos os bens do ativo imobilizado e a sua operacionalidade, conferindo-a com os seus registos.
- c) Em janeiro de cada ano a Secção de Aprovisionamento e Património deve enviar a cada funcionário, um inventário patrimonial atualizado, da sua responsabilidade, a fim de o mesmo ser devidamente subscrito.
- d) Cada funcionário é responsável pelos bens e equipamentos que lhe estejam distribuídos, para o que deve subscrever documento de posse no momento da entrega eventual de cada bem ou equipamento constante do inventário.
- e) Relativamente aos bens e equipamentos coletivos, o dever consignado no número anterior é cometido ao responsável da secção ou setor em que se integram.

## 8. FACTOS SUBSEQUENTES

Não detetámos nada de relevante.

## 9. RELATÓRIO DE GESTÃO

Analisámos o relatório de gestão que satisfaz os requisitos legais. Verificámos a informação financeira contida no mesmo, que, em nossa opinião, está em conformidade com as demonstrações financeiras.





## 10. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Solicitámos ao Executivo do Município a emissão da declaração de responsabilidade prevista nas Normas Internacionais de Auditoria.

## 11. CONCLUSÕES

Na sequência das nossas verificações emitimos a Certificação Legal das Contas do Município, sem Reserva e sem Ênfases.

### 11.1 Reservas

Sem Reservas

### 11.2 Ênfases

Sem ênfases.

### 11.3 Outros sem relevância para a CLC, mas a ter em conta (Recomendações)

Divergências de pequeno valor a corrigir em 2019 e que não afetam de forma significativa as Demonstrações Financeiras vistas no seu conjunto, por estarem abaixo do nível de materialidade consentido. São ações a ter em conta no futuro. Todos estes aspetos se encontram relevados ao longo do relatório.

#### Bens do Domínio Público

De acordo com as notas 2.13 e 2.14 do ABDR, encontram-se por valorizar e inventariar diversos bens. Aconselha-se a efetivação desta inventariação e a sua inclusão no Património Municipal.

#### Imobilizado Incorpóreo

O imobilizado em curso que diz respeito a projetos imutáveis de anos anteriores, deve ser analisados em 2019 para se verificar se cumpre os requisitos para serem reconhecidos como imobilizado firme.

#### Imobilizado em curso

Existem obras já concluídas a 100% (Bens do Domínio Público, Imobilizado Corpóreo), para as quais falta o auto de receção ou o registo na aplicação de Património. Deve esta situação ser





acompanhada, no decorrer de 2019, pelo Município, para que não exista imobilizado em curso que já reúna condições para ser reconhecido como firme.

#### **Investimentos Financeiros**

De acordo com nota 2.12 e 2.14 das Notas ao Balanço e Demonstração de resultados, o imobilizado transferido ao abrigo de contratos de concessão deveriam ser reclassificados como investimentos em imóveis.

#### **Depósitos à Ordem**

Ainda que com pouca expressão, as reconciliações bancárias, continuam a apresentar movimentos por reconciliar anteriores a 2018. As diferenças de reconciliação devem ser analisadas em 2019 e regularizadas.

#### **Fornecedores**

- a) Relativamente à Rodoviária do Alentejo, deve o saldo ser analisadas e regularizado em 2019.
- b) O saldo de faturas em receção e conferência deve ser analisado em 2019 para que não esteja reconhecido nesta conta saldo que já deveria estar reconhecido em conta corrente. Define-se como tempo normal para registo em contas a pagar 5 dias, sendo permitido o prazo máximo de 30 dias.

#### **Proveitos Diferidos**

Continuam a existir bens em curso associados a proveitos diferidos que já estão em funcionamento. Não tendo transitado para imobilizado firme e consequente sujeitos a amortização não foi apurado o proveito relacionado. Estimando em cerca de 3.000.000 euros de proveitos diferidos, que já deveriam estar a ser "amortizados" e considerando uma amortização média de 5%, consideramos que os proveitos do exercício estão subavaliados em 150.000 euros. Assim, a rubrica de proveitos diferidos deve ser analisada com rigor em 2019 e instituídos procedimentos para um correto apuramento dos proveitos a imputar.

#### **Trabalhos para a própria entidade**

Devem ser implementados procedimentos para que seja possível apurar o volume destes trabalhos.





K

## MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

### 12. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos serviços do Município a colaboração que nos prestaram, nomeadamente aos serviços da Contabilidade e, aos Serviços de Consultadoria contabilística, pelo esforço que efetuaram para nos prestarem todas as informações e esclarecimentos que lhes solicitámos.

Marinha Grande, 17 de abril de 2019

O Revisor Oficial de Contas

MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO, SROC, Lda

Representada por

Dr. Luís Guerra Marques - ROC nº 620

